



4817 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT02 - História da Educação

CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA: Uma proposta de educação e cidadania
Luiza Moreira - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA: Uma proposta de educação e cidadania

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o cenário político que antecedeu a política educacional do primeiro governo de Leonel Brizola (1983/1987), que resultou na implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Organizar este cenário político, marcado principalmente pelo declínio da ditadura civil-militar, se faz necessário para compreendermos que as demandas advindas da redemocratização do país contribuíram e influenciaram na formulação da política. Utilizamos Sarmento (2008), Sento-Sé (2002), Marcon (2016) para narrar as disputas político-partidária que se instalaram com as eleições diretas de 1982, destacando o discurso assumido por Leonel Brizola nesse período eleitoral e em seu governo. Concluímos que havia forte vinculação do discurso brizolista à educação e cidadania para a população marginalizada. A proposta educacional do seu governo foi pautada na ideia de educação como uma via emancipatória para as camadas populares cuja principal estratégia foi o programa dos CIEPs.

CIEP; Leonel Brizola; História da Educação

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o cenário político que antecedeu o processo de elaboração e implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Além disso, buscamos compreender de que maneira a educação e cidadania estiveram presentes nos debates eleitorais e se tornaram pilares na concepção de educação do programa dos CIEPs. Organizar este cenário político, marcado principalmente pelo declínio da ditadura civil-militar, se faz necessário para compreendermos que a formulação da política educacional do governo Brizola foi pautada por demandas advindas do processo de redemocratização do país.

Faria e Silva (2013) afirmam que "(...) os anos 1980 inauguram uma nova realidade no campo educacional, em razão da importância que a escola pública passou a ocupar nos discursos oficiais e partidários" (p. 4). Desigualdades sociais, cidadania, eficiência da educação pública, carência da população marginalizada foram temas pautados nas campanhas políticas que antecederam as eleições governamentais de 1982 e que também se tornaram pano de fundo do plano educacional do governo Brizola.

O processo de redemocratização, com vistas aos novos rumos políticos que o país tomava, promovia na sociedade uma retomada da discussão acerca de vários temas inerentes a um país efetivamente democrático (SILVA, 2011, p.14). Assim, o momento de declínio da ditadura se apresentava como um grande campo de debates e disputas, tanto na área política como na social, na econômica e na educacional. O que se buscava, naquele momento, era a reconstrução de um estado democrático.

Na agenda da educação constituía questões históricas que retornaram para o debate, "a erradicação do analfabetismo, a ampliação de vagas de 1º. e 2º. graus, melhorias das condições das universidades públicas, ampliação de cursos de formação de professores e, ainda, a própria redemocratização da escola" (SILVA, 2011, p.14). A I Conferência Brasileira de Educação (CBE), em São Paulo, e a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no Rio de Janeiro, com a temática "Ciência e Educação na Sociedade Democrática" - ambas no ano de 1980 - foram algumas iniciativas dessa nova configuração na educação brasileira (SILVA, 2008, p. 73).

No campo político, essas transformações de reabertura democrática no cenário nacional resultaram na realização, em 1982, das primeiras eleições diretas para governador. Nessas eleições, "todos os partidos recém-criados buscavam consolidar suas diretrizes políticas nas diferentes áreas, inclusive na educação, segundo a fomentação das ideias e ações desse período" (SILVA, 2009, p.20). Esse foi um período de reconstrução nacional que colocava na agenda o direito a voz em todas as esferas sociais (HIRSCHMAN, 1973). Foi um momento de ebulição na política, com a retomada do espaço democrático na sociedade brasileira, com o retorno de vários intelectuais e políticos que foram exilados ou se auto-exilaram no período de arbítrio.

No estado do Rio de Janeiro, Leonel Moura Brizola, ao lado de Darcy Ribeiro, venceu a eleição para governador e vice-governador, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), com o mandato de governo de 1983 a 1987. Darcy Ribeiro, além de vice-governador, acumulou os cargos de Secretário de Educação e Cultura e presidente do Programa Especial de Educação. Na figura respeitada do antropólogo e educador, Darcy Ribeiro seria o fiador da proposta de educação que seria a principal bandeira do governo Brizola. Retrospectivamente pode-se afirmar que a principal ação da política educacional do governo Brizola foi a criação do programa dos CIEPs.

Realizamos uma revisão de literatura que abordou os debates políticos das eleições diretas de 1982 (SARMENTO, 2008; SENTO-SÉ, 2002) a vida política de Leonel Brizola e o processo de fundação do Partido Democrático Trabalhista (MARQUES e GONÇALVES, 2016; MARCON, 2016). Para tratarmos da temática CIEP e como a base argumentativa da política foi sendo estruturada, utilizamos os documentos do acervo da Fundação Darcy Ribeiro (Fundar). Estes documentos são fontes primárias que contemplam o primeiro e segundo Programa Especial de Educação (PEE), relatórios gerais, regimentos internos, recursos humanos, entrevistas, arquivos pessoais e materiais de campanha política produzidos por Darcy Ribeiro e pelas equipes dos projetos que faziam parte do Programa Especial de Educação.

As eleições de 1982: Leonel Brizola na cena política do estado do Rio de Janeiro

A vitória de Brizola nas primeiras eleições diretas para governador do Estado do Rio de Janeiro, em 1982, indicava a insatisfação de parte da população com o modelo de política do governo chaguista e a esperança de reformas políticas mais democráticas. Em seu discurso, durante a campanha eleitoral, no palanque montado na Cinelândia, Brizola anunciava: “Não vai ser apenas a vitória de um homem, não vai ser apenas a vitória de um partido. Vai ser a vitória do povo do Rio de Janeiro”. Esse discurso nos dá indicações do seu perfil político nas eleições de 1982: um político carismático e populista, que buscou se fortalecer como liderança legitimamente oposicionista, sendo capaz de “acionar reações intensas, favoráveis ou não, que fez Brizola uma liderança tão singular” (SENTO-SÉ, 2002, p. 86).

Esse período foi marcado pelo reordenamento dos partidos políticos, pela denúncia de fraude dos resultados e por uma virada eleitoral supostamente improvável de Leonel Brizola. Havia uma nova organização político-partidária marcada por mudanças de figuras políticas relevantes no cenário fluminense, como foi o caso do governador Chagas Freitas e de Amaral Peixoto. Chagas Freitas decidiu deixar a legenda emedebista para ingressar no recém-fundado Partido Progressista (PP), com a intenção de ter o controle sobre os diretórios municipais e estaduais do partido. Enquanto, Amaral Peixoto deixou o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para ingressar no Partido Democrático Social (PDS), em busca de um melhor posicionamento político e como estratégia para contribuir na carreira política de seu genro, Wellington Moreira Franco.

Outro partido a entrar na corrida eleitoral foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), lançando Sandra Cavalcanti. Para Sarmento (2008, p. 51) a candidata do PTB havia sido secretária de Ação Social do governo Carlos Lacerda, no estado da Guanabara, e teve uma atuação polêmica à frente de processos de remoção de favelas e de criação de conjuntos habitacionais em áreas distantes do centro da cidade. Sarmento (2008) indica que para Miro Teixeira, vinculado ao chaguismo, a candidata Sandra Cavalcanti não era vista como ameaça ao governo, pois, o cálculo político associava sua imagem ao regime militar, ao partido Arena^[2] e alinhamento teve com Carlos Lacerda.

Assim, para Miro Teixeira e o grupo chaguista, tratava-se de uma campanha relativamente segura e confortável. Contudo, o retorno do Brizola ao Brasil e o seu anúncio na entrada para a cena política do Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista, passou a preocupar e ameaçar a campanha de Miro Teixeira. De acordo com o depoimento de Erasmo Martins Pedro, um antigo expoente da corrente chaguista, “com a vinda do Brizola, o panorama político modificou-se muito: Brizola tinha carisma, tinha história, tinha condições de usar os meios de comunicação como ninguém” (Sarmento, 2008, p. 54).

Brizola entrou na corrida eleitoral, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sem protagonismo e com pouco destaque no primeiro debate televisionado, realizado em março de 1982. Para explicar essa pouca representatividade é preciso contextualizar as circunstâncias que levaram a criação do PDT, no qual Brizola era candidato e presidente do partido, e a perda de aliados na campanha.

Durante o exílio, ocorreu, em 1979 na cidade de Lisboa, um encontro de intelectuais e militantes, considerados pela literatura como trabalhistas brasileiros (SENTO-SÉ, 2002; MARCON, 2016; MARQUES E GONÇALVES, 2016). Desse encontro foi organizado um documento que “lançava as diretrizes que deveriam nortear o novo trabalhismo, sob liderança de Brizola”, chamado de Carta de Lisboa (SENTO-SÉ, 2002, p. 91). Brizola se consolidava no exterior, com uma imagem de político compatível com os ideais de uma esquerda social europeia ao incorporar na agenda trabalhista temas relacionados “a defesa dos direitos das minorias e valorização da democracia formal” (SENTO-SÉ, p.92). Marcon (2016, p.6) destaca que este documento foi pautado em ideais nacionalistas e trabalhistas, prometendo defesa a causas dos “oprimidos e marginalizados”, tendo Getúlio Vargas como inspiração.

Esse encontro e a elaboração da Carta de Lisboa ocorreram num momento em que a promulgação da Lei da Anistia estava em estado avançado. Possivelmente, esse já era um movimento intencional de organização de um partido oposicionista que ganhava força pelos exilados, na esperança de uma nova organização política com o declínio da ditadura. A intenção não era criar um novo partido, mas sim recompor o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), extinto em 1965 pelo Ato Institucional nº2 (MARQUES e GONÇALVES, 2016, p. 400).

Mesmo com o movimento e a elaboração da Carta de Lisboa, quando Brizola retorna ao Brasil, ele perde a legenda do PTB para Ivete Vargas (sobrinha-neta de Getúlio Vargas) por decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Com a perda da legenda do PTB, Brizola buscou constituir um novo partido nas bases que ele considerava o verdadeiro trabalhismo. Foi então que fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), se tornando o presidente do partido e candidato ao governo do estado ao lado de Darcy Ribeiro que havia participado de todo processo de fundação do partido.

A entrada de Brizola nas eleições de 1982 para concorrer ao governo do estado do Rio de Janeiro começou com fragilidades pela perda de apoiadores do partido.

A perda da legenda do PTB representou um golpe duro para os brizolistas. Muitos ex-trabalhistas que não tinham vínculo com Brizola ou mesmo com Jango optaram pela sigla em detrimento do líder, ficando dessa forma, no PTB de Ivete Vargas (SENTO-SÉ, 2002, p. 96).

Naquele momento, a disputa estava entre Miro Teixeira (PMDB) e Sandra Cavalcanti (PTB), com uma pequena margem a favor do candidato do PMDB. Sarmento (2008, p. 54) afirma que Brizola soube usar os meios de comunicação para fazer política, frequentando muitos programas de rádio e outros espaços disponíveis de veiculação para fazer campanha e discursar. A boa oratória e o carisma permitiram que, a figura pública do Brizola passasse a ser vista e conhecida pelo eleitorado fluminense. Para Sento-Sé (2002, p. 97) “[O] desempenho de Brizola naquela campanha foi extraordinário”. Assim, em pouco tempo, Brizola foi ganhando espaço nos debates, obtendo melhores resultados nas pesquisas de intenção de voto.

Brizola construía sua legitimidade política, e se anunciava enquanto única liderança oposicionista, utilizando como estratégia a associação dos demais candidatos ao regime militar, como apresenta Sarmento (2008)

Se o centro das discussões políticas passava a ser avaliação do regime militar, tanto Sandra, quanto Miro, como ainda Moreira Franco, lançado pelo PDS, careciam de legitimidade. Sandra, por sua íntima relação com o grupo golpista de 1964 e sua trajetória política na Arena, Miro por representar politicamente a continuidade do chaguismo, entendido como a corrente política que operará em tácita anuência com o regime militar, e, finalmente Moreira, porque apesar de seu passado maoista, concorreria à eleição na legenda governista do PDS (SARMENTO, 2008, p. 55).

A associação do candidato Miro Teixeira ao governo chaguista afetou diretamente o planejamento e os encaminhamentos da sua campanha. O caminho assumido por Miro desde então foi, de afastamento de qualquer

associação com Chagas Freitas, adotando um novo perfil político. Isso desencadeou uma série de paradoxos e ambiguidades em sua campanha, pois, Miro não conseguia conquistar o eleitorado brizolista e tampouco usava a máquina chaguista a seu favor. A candidatura de Miro foi perdendo força e, conseqüentemente, o seu declínio progressivo abriu espaço para o candidato do PDS, Moreira Franco, se tornar o adversário mais forte de Brizola na disputa eleitoral.

Paralelamente a isso, Brizola avançava progressivamente na disputa eleitoral, com uma campanha que ocupou as ruas com carros de som e com a capacidade de mobilizar as classes populares. Sento-Sé (2002, p. 94) enfatiza que o discurso brizolista “buscava explicitar sua vinculação às causas dos negros, dos favelados, dos habitantes das periferias, das nações indígenas, das mulheres pobres, às causas, enfim, das massas desorganizadas e excluídas da sociedade formal”. Deve-se considerar que estes grupos relacionados por Sento-Sé (2002) constituem o que o governo de Brizola passou a chamar de camadas populares. Nesse sentido, é válido ressaltar que as classes populares referidas aqui, não devem ser diretamente relacionados com o contexto atual. Não é possível fazer uma associação direta destes grupos compostos na década de 1980, tais como esses grupos estão organizados hoje. É preciso compreender que são contextos sociais, políticos e econômicos diferentes.

Para Sarmento (2008) esse forte apoio popular que Brizola teve nas eleições de 1982, representava a expectativa de parte da população em romper com a máquina chaguista, que ocupava o poder desde 1979, e a esperança por reformas políticas voltadas para diminuição das desigualdades sociais.

No caso da eleição de Brizola, o sentido simbólico da manifestação popular pelo voto está claramente associado a uma catarse em face dos problemas apresentados pelos condicionantes sociais e políticos da época. O voto em Brizola representava simbolicamente a reversão das estruturas sociais excludentes, com a encenação imaginária do espetáculo da chegada do povo, das massas, ao poder (SARMENTO, 2008, p. 62).

A passagem supracitada indica a insatisfação popular com o governo chaguista que não atendia as necessidades das camadas populares e, ao mesmo tempo, apostava no populismo do Brizola para resolver os problemas sociais e políticos. Para Faria (2011) a máquina política chaguista se fortaleceu durante o regime militar, estabelecida pelo clientelismo e pela falta de práticas que estimulassem a comunicação democrática. Lopes (2008), baseado na definição de Eli Diniz, afirma que o clientelismo foi:

(...) um instrumento utilizado pelas classes dominantes para solucionar os problemas de manutenção do poder, fazendo conciliações entre interesses privados e interesses de Estado, de forma a integrar a esfera privada à esfera estatal. Desta maneira, a eficácia deste instrumento consiste em aplacar os conflitos implícitos na esfera social, estivessem eles latentes ou manifestos diante de uma estrutura que na realidade não atende aos interesses da maioria (LOPES, 2008, p. 4).

Uma complexa rede clientelista foi montada pela máquina política chaguista sustentada por relações de lealdade com o Legislativo e por intermediações entre a população e representações, como: moradores de bairros, membros de corporações grupos religiosos e outras. Nolasco e Faria (2013) exemplificam como funcionaria essas relações

Para todos os efeitos, o político que conseguia uma vaga para o filho do trabalhador na escola pública, estava prestando um auxílio valioso, pois ocultava-se nessa prática o direito à educação pública de qualidade, que deveria abranger a todos – seguidores ou opositores dos políticos da situação. A troca de favores, como podemos perceber, tentava não apenas angariar simpatizantes para o governo, mas também maquiava a fragilidade e a precariedade da ação governamental – que estava longe de ser uma prática para o *bem do todos* (NOLASCO e FARIA, 2013).

O clientelismo utilizado pela máquina política chaguista desconsiderava valores democráticos e garantia, com eficácia, a permanência de Chagas Freitas à frente do governo do Rio de Janeiro. Para efeito, o governo chaguista marcou a ausência de diálogo entre Estado e lideranças democráticas de diversos grupos, entre eles, o professorado. Mais adiante, veremos que isso pode ter se refletido na identificação do professorado com o governo Brizola.

Nesse sentido, é possível identificar uma fronteira de ideologia entre Brizola e a política vigente de Chagas Freitas, o governo Brizola buscava o rompimento com o modelo clientelista de política que marcava a relação entre governo e a população. Ao assumir o governo do estado, Brizola tentou privilegiar os direitos sociais e de certa forma empoderar as camadas populares. Todavia, não é apenas na arena política que Brizola rompeu com o conservadorismo clientelista, o discurso brizolista de dar vez aos pobres provocou estranhamentos, resistências e intransigências retóricas, principalmente no campo educacional no qual concentrou esforços para criação dos CIEPs.

Educação e Cidadania como promessa

Brizola foi eleito através do voto popular, com o discurso de governar valorizando o direito à saúde, educação e bem-estar para todos, mas principalmente para as camadas populares. Brizola buscava ressignificar o direito de cidadania para os pobres. Para pensarmos sobre o direito de cidadania e como podemos associá-los as classes sociais no Brasil, acompanhamos a leitura deste processo histórico analisado por José Murilo de Carvalho.

Este autor trabalha com a estrutura das classes sociais para pensar como se deu processo de garantia dos direitos civis e sociais no Brasil. Carvalho (2002) cita que, em nossa sociedade, há três classes: a primeira classe são dos “privilegiados”, que estão acima da lei e conseguem defender seus direitos por meio do dinheiro e do prestígio social, majoritariamente são brancos, ricos e com formação universitária; a segunda classe refere-se a classe média, o “cidadão simples”, que não tem uma noção exata dos seus direitos e que quando precisam carece de meios e recursos necessários para custear demandas judiciais; por fim, o cidadão da terceira classe, que desconhecem seus direitos e os tem negado pelo governo e pela polícia e que por isso não se sentem protegidos pelas leis. O terceiro grupo é “a grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados, mendigos” (CARVALHO, 2002, p. 216).

José Murilo de Carvalho traz essa visão de como a cidadania no Brasil supostamente funciona, e por isso, nos auxilia pensar como Brizola, em 1982, tentava romper com essa estrutura conservadora de sociedade, ao assumir que as camadas populares deveriam conhecer e exigir seus direitos. O pensamento era de equidade dos direitos civis e sociais para todos. O que Brizola pretendia criar um estado de assistência completa e elevar as camadas populares a uma situação de dignidade de modo que exigissem seus direitos.

Para fundamentar esse discurso durante o primeiro governo, Brizola elaborou um documento chamado “Cartilha

do Cidadão”[3]. Este documento tinha uma redação clara e objetiva, na intenção de informar sobre democracia, estrutura política-administrativa, partidos políticos, como tirar documentos pessoais e direitos humanos. O documento na apresentação informava que a cartilha do cidadão é “um resumo do que todo brasileiro deve saber, para levar uma vida digna” (p. 4). A elaboração da “Cartilha do Cidadão” tinha como intenção fornecer informações direcionadas para jovens e adultos no sentido de informa-los sobre seus direitos e os serviços que o estado deveria prestar a qualquer indivíduo.

O caminho que o governo Brizola optou foi pela via da educação, pois, a escolheu como prioridade em seu plano de governo. Ele e seu grupo acreditavam que a educação era o instrumento para dar dignidade e garantir os direitos sociais às camadas populares. O plano educacional do governo Brizola foi elaborado para oferecer toda assistência e suporte necessários para manter os/as alunos/as pobres na escola (educação em tempo integral, atendimento médico-odontológico, atividades culturais, quatro refeições completas). Para Brizola, a partir de seu próprio exemplo de vida, a escola poderia ser uma via de transformação e desenvolvimento para uma sociedade mais democrática e igualitária.

“Só pela educação nós transformamos. Só pela educação nós resgatamos a cidadania. Só pela educação nós vamos conseguir dar igualdade de oportunidades para todos”[4]. (Frase dita por Carlos Bastos[5], ao reproduzir a fala de Brizola sobre a educação pública).

Por vezes, Brizola é colocado apenas como aquele que propiciou a formulação do programa do CIEPs por ter seus governos, antes e pós-ditadura, marcados pela forte vinculação com a educação voltada para as camadas populares. Todavia, a permanência da educação nas plataformas políticas de Brizola se tornou a principal marca de sua carreira política. Mignot (2001) e Bomeny (2009) destacam que Brizola possuía uma identificação com investimentos na área da educação em sua trajetória política na região sul. “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul” e construções de Brizoletas foram marcas de seu projeto de educação durante suas administrações gaúchas (governador do Estado do Rio de Grande do Sul entre 1959 e 1963, e prefeito de Porto Alegre entre 1956 e 1958).

Durante seu mandato à frente do estado do Rio Grande do Sul, Brizola elaborou um plano educacional voltado para a universalização do ensino público, mas principalmente, nas zonas rurais do estado. O plano iniciou-se com um recenseamento de todas as crianças em idade escolar tanto da área rural quanto urbana, a fim de que o estado e os municípios assegurassem o direito do ensino primário a todos. O que se pensou foi: “a maneira de fazer com que as crianças estudassem, já que não tinha estrada nem tinha condução, era de levar a escola até a criança. No lugar da criança ir até a escola, levou escola para criança”[6].

Brizola procurou dar maior visibilidade a esse programa educacional através de propagandas políticas. Nelas, o locutor anunciava seus feitos políticos à frente da administração gaúcha: “Um plano educacional está fazendo o Brasil voltar-se para o Rio Grande do Sul. Um ponto importante desse plano foi a mobilização de 153 prefeitos gaúchos”. A capacidade de prefeituras que Brizola conseguiu mobilizar esse plano educacional dá uma ideia do tamanho do programa. O resultado do programa foram seis mil escolas e dez mil salas de aula, a maior concentração de escolas foi na zona rural. Essas escolas foram chamadas de brizoletas, associando essa obra ao nome de Brizola.

Aproximando a análise para o contexto fluminense, a educação permaneceu como principal plataforma política de Brizola no estado do Rio de Janeiro. Durante toda a campanha eleitoral para o estado do Rio de Janeiro, Brizola anunciou que a educação seria prioridade do seu governo. Na propaganda eleitoral televisionada, durante as eleições de 1982, o locutor valorizava os feitos de Brizola no campo educacional e reforçava o discurso voltado para as crianças e aos pobres.

Sempre eleito pelo povo. Brizola fez rápida carreira política, deputado estadual, deputado federal duas vezes. Prefeito e governador do Rio Grande do Sul. No governo, Brizola cumpriu mais que prometeu. Construiu mais de seis mil escolas e criou seiscentas e cinquenta mil novas matrículas, desapropriou grandes extensões de terras improdutivas para entregá-las aos agricultores sem terra. Brizola foi o governador de todos, mas dedicou especial atenção às crianças e aos pobres[7].

Essa passagem mostra como educação e assistência foram dois pontos que a equipe de Brizola procurou marcar na campanha eleitoral pós-ditadura e que funcionaram como forma de legitimar o discurso brizolista direcionado às camadas populares. Assim como na campanha, Brizola retoma esses dois pontos no seu discurso de posse.

Povo algum conseguirá atingir qualquer grandeza, nem sequer tocar no que chamamos de desenvolvimento, enquanto não tratar com a mais alta prioridade desta questão, através da educação e assistência às crianças desde o ventre da mãe, aos adolescentes e aos jovens, de tal modo que a população se eleve globalmente (BOMENY, 2008, p. 98).

Esse discurso revela os dois pontos de maior investimento que Brizola faria enquanto governador do Rio de Janeiro: educação pública e assistência às camadas populares. Isto nos indica que, a escolha pela educação pública montada para dar toda a assistência as criança e jovens pobres, rompeu com as ações que vinham sendo desenvolvidas pelo governo anterior. Essa inflexão na política educacional, implantada pelo governo Brizola, produziu mudanças no cenário educacional formando uma arena política que acionou bases argumentativas tanto de legitimação quanto reacionárias a proposta.

Os Centros Integrados de Educação Pública

As transformações educacionais começaram pela marca do concreto armado e de uma nova arquitetura escolar que pudesse proporcionar a ampliação do tempo, do espaço e das experiências escolares. Essas mudanças constituíram o que se tornou símbolo deste governo, os CIEPs. Entendemos que a estruturação do programa dos CIEPs rompeu com a estética comum dos prédios e equipamentos escolares, pois, nesses novos equipamentos a proposta curricular tentava romper com a concepção de escola em voga. O aspecto monumental dos equipamentos escolares, naquele contexto arquitetônico, tinha como intenção, explicitamente afirmado por Darcy Ribeiro, de apresentar um espaço organizado e digno para as comunidades populares a que eram destinados.

Não se tratava de um programa integral de instrução, mas de um programa de educação para a vida com perspectiva civilizatória. As artes, o lazer, a iniciação ao trabalho, tudo isso deveria caber naquele espaço e tempo destinado à escola para vida metropolitana moderna (BOMENY, 2001, p. 247). Era preconizado o aprendizado linguístico, o reconhecimento da própria cultura e a formação de atitudes e hábitos. Darcy considerava o aprendizado da língua culta, das atitudes e das informações básicas do funcionamento da sociedade como pontos norteadores a serem trabalhados no ensino primário dos CIEPs. O conhecimento e a língua culta eram ferramentas de mobilidade para as camadas populares lutarem na sociedade moderna e metropolitana.

Os CIEPs não se limitavam ser apenas um espaço escolar, seus idealizadores o designaram como um centro que integrava atividades vinculadas à cultura, assistência médica e dentária, recreação, esportes e a outras atividades, para além da função exclusivamente escolar. A concepção de escola, produzida por Brizola, Darcy Ribeiro (vice-governador) e seus colaboradores, ultrapassava as funções pedagógicas de ler, escrever e contar.

Uma marca fundamental dessa política de governo foi o fato dos CIEPs serem direcionados para atender crianças das camadas populares. Seus idealizadores baseavam-se num discurso de injustiça social para afirmar a necessidade de criar uma escola capaz de dar toda assistência necessária para uma criança pobre progredir nos estudos. Referenciando os dados do censo nacional de escolaridade, Brizola, Darcy e seus colaboradores argumentavam que a escola pública era elitista, porque estava estruturada para atender a uma parcela minoritária de alunos, que eram as crianças das classes privilegiadas. Isto se deve ao fato de que os dados do censo de 1970 e 1980 apontavam para um alto número de reprovação e analfabetismo, segundo Ribeiro (1986, p. 11) “só no Rio de Janeiro avaliamos em pelo menos 50 mil a produção anual de analfabetos, a maioria deles com três ou quatro anos de escolaridade”. Reforçando o dado apontado anteriormente, Ribeiro (1986) indicou que “metade das nossas crianças não consegue saltar a barreira da primeira série para se matricular na segunda, e apenas 40% das crianças alcançam a quarta série (p. 12).

Os idealizadores dos CIEPs afirmavam que essa incapacidade da escola pública era consequência do pouco tempo de atendimento escolar oferecida aos alunos, como afirma esta passagem do O Livro dos CIEPs: “um fator importante do nosso baixo rendimento escolar reside na exiguidade do tempo de atendimento que damos à criança” (Ribeiro, 1986, p. 16). O pouco tempo de permanência do aluno na escola favorecia apenas os alunos provenientes de famílias que tinham condições de complementar a educação fora da escola. Em contrapartida, os alunos mais pobres, com poucas horas de estudos, tinham apenas aquelas 4 horas diárias de atenção.

A criança das classes abonadas que têm em casa quem estude com ela, algumas horas extras, enfrenta galhardamente esse regime escolar em que quase não se dá aulas. Ele só penaliza, de fato, a criança pobre oriunda de meios atrasados, porque ela só conta com a escola para aprender alguma coisa. Aqui está o fulcro da questão: nossa escola fracassa por seu caráter cruelmente elitista (RIBEIRO, 1986, p. 13).

Foi com esta base argumentativa que o governo de Leonel Brizola buscou estruturar a sua política. O programa dos CIEPs começou por este ponto: era necessário dar mais tempo de atendimento escolar. O segundo ponto indicava que os alunos mais pobres eram os que mais necessitavam de tempo para aprender e os que tinham mais dificuldades de ajustarem-se a cultura escolar, esta se apresentava como algo muito diferente da realidade das comunidades. Nesse sentido, os CIEPs foram sendo organizados e estruturados a partir deste diagnóstico de ineficiência da educação pública e a definição das prioridades do governo na elaboração da política para resolver os problemas de analfabetismo e evasão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se válido ressaltar que para além das vinculações de propaganda político-partidárias da qual fizeram parte, os CIEPs trouxeram relevância para o campo da educação como proposta que tinha a intenção de romper em vários níveis com a tradição e cultura educacional instituída. Assim, ao explorarmos o programa em tela, optamos por entrar no debate que antecede a implantação da política por considerar este pano de fundo fundamental para compreender as principais diretrizes da política. Ao olharmos para a história política do estado do Rio de Janeiro, estamos também iluminando os projetos de poder que se associavam ao discurso do brizolismo quando os CIEPs foram elaborados e implantados.

A forte associação do discurso brizolista na campanha eleitoral de 1982 com questões vinculadas a desigualdade social, população marginalizada e educação fizeram com Brizola tivesse um forte apoio popular e conseguisse a vitória para governador do Rio de Janeiro. Ao lado de Darcy Ribeiro, Brizola manteve a educação como bandeira principal do seu governo. Aliando educação e cidadania, elaboraram uma política educacional que visou não apenas uma escola do ler, escrever e contar. Os CIEPs foram símbolo da política do governo Brizola, que representou uma escola de tempo integral com toda assistência necessária para os alunos das camadas populares progredirem nos estudos. Brizola e Darcy chamaram os CIEPs de revolução educacional, pois tinham a intenção de tornar os CIEPs um espaço de emancipação das camadas populares.

REFERÊNCIAS

BOMENY, Helena. Salvar pela escola: Programa Especial de Educação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ALERJ/CPDOC/FGV, 2008. p. 95-127.

CHAGAS, Marcos Antonio Macedo das. Animação cultural: uma inovação pedagógica na escola pública fluminense dos anos 1980. 2012. 185 f Tese (Tese em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

EMERIQUE, Raquel Balmant. Do salvacionismo à segregação: A experiências dos Centros Integrados de Educação Pública no Rio de Janeiro. 1997. 130 f Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1997.

HIRSCHMAN, Albert O. Saída, Voz e Lealdade - Reações ao declínio de firmas, organizações e estados. Trad. de Ângela de Assis Melim. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1973.

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. Coronelismo e Chaguismo na Zona oeste do Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no XII Encontro de História da ANPUH-Rio, 2008.

MARCON, Marcelo. A criação de um novo partido através da ação de Leonel Brizola: discursos de O Globo. In: XIII Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História, 2016, Anais do Congresso, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul p. 37-45.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 3, p. 399-416, 2016.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Literatura e representações da escola pública de horário integral. **Revista Brasileira de**

Educação, n. 27, p. 40-56, 2004.

MONTEIRO, A. M. Ciep – escola de formação de professores. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 35-49, abr. 2009.

MORAES, F. C. G. A organização do tempo em escolas de jornada integral: um estudo nos cieps da 8ª. Cre – município do rio de janeiro. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2009.

PEREIRA, Suely de Oliveira. Do CIEP ao Ensino Superior: Novas Trajetórias Escolares das Camadas Populares. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

PORTILHO, Daniele Barbosa. Releitura da concepção de educação integral dos CIEPs: para além das caricaturas ideológicas. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RIBEIRO, Darcy. O Livro dos CIEPs. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

SANT'ANNA, Rejane Honório. Projeto Alunos Residentes: uma alternativa para a inclusão social através da formação sócio educativa. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SENTO-SÉ, José Talarico. O discurso brizolista e a cultura política carioca. **Varia História**, n. 28, p. 85-104. Dez. 2002

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. Escola de tempo integral e comunidade: história do programa de animação cultural nos CIEPs. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Julia Desiderio. Uma experiência de formação de professores em serviço: Curso de Atualização de Professores de Escolas de Horário Integral. 2009. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Rosemaria Josefa Vieira da Silva. O teatro político-educacional fluminense: narrativas e testemunhos dos anos 1980 (1983-1987). 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011.

[1] Voz no sentido de fala com expressão política.

[2] Aliança Renovadora Nacional. Partido político fundado em 1966 em decorrência ao regime militar que implantou o bipartidarismo no país.

[3] Documento localizado na pasta DR/GBI. 1985.06.00. Não foi informado o ano do documento, mas a referência utilizada no acervo da Fundar indica o ano de 1985.

[4] Trecho retirado do Filme: Brizola. Tempos de Luta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0c4AYRtwYSg>

[5] Carlos Bastos, jornalista gaúcho que acompanhou o governo Brizola no estado do Rio Grande do Sul.

[6] Trecho retirado do Filme: Brizola. Tempos de Luta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0c4AYRtwYSg>

[7] Trecho retirado do vídeo do horário eleitoral gratuito da propaganda de Leonel Brizola, no ano de 1982.